

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Grupo Parlamentar do PCP recebeu, tal como terão recebido os senhores ministros da Economia e das Finanças, uma carta do cidadão João Pedro Vilela da Cunha, datada de 12 de outubro de 2019, que menciona problemas no funcionamento do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE).

A referida carta exemplifica bem as consequências das opções dos sucessivos governos de colocar, na prática, a gestão dos fundos comunitários e de todas as intervenções por eles financiadas, sob o controlo e o critério dos bancos – opções sobre as quais o PCP manifestou e continua a manifestar a sua frontal oposição.

Para além de criar insuportáveis dificuldades aos micro e pequenos empresários, aos trabalhadores por conta própria, às organizações que procuram lançar projetos e iniciativas com mérito, e de os submeter ao poder dos grupos financeiros (e à sua “decisão soberana”, usando a expressão referida no relato supracitado), estamos perante uma situação inaceitável de abdicação do Estado das suas funções, responsabilidades e até ferramentas para o investimento e o desenvolvimento.

Toda a propaganda do “apoio ao empreendedorismo”, em que os governantes e suas políticas colocam milhares e milhares de pessoas na perspectiva de projetos e candidaturas e processos burocráticos, tem-se traduzido, na esmagadora maioria das situações, ou na morte à nascença dos projetos que são inviabilizados nos bancos a quem este poder é atribuído, ou numa inegável vulnerabilidade e precariedade económica que leva mais cedo que tarde a insolvências, falências, encerramentos prematuros.

Para o PCP, é urgente e indispensável o fortalecimento quantitativo e qualitativo do tecido empresarial, o que exige uma política que, visando o crescimento económico e a defesa da produção nacional, promova a produtividade e a progressão nas cadeias de valor, com mais investimento empresarial em I&D e Inovação, dinamize o mercado interno, assegure o apoio necessário às micro, pequenas e médias empresas, combata os abusos dos grupos

monopolistas e a predação pelo sector financeiro, desenvolva o controlo público e a dinamização das empresas estratégicas, restringindo o seu domínio pelo capital estrangeiro.

Assim, e ao abrigo da alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, e nos termos e para os efeitos do Artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao Governo os seguintes esclarecimentos:

1. O que pretende fazer o Governo face às reclamações apresentadas pelo candidato ao PAECPE, João Pedro Vilela da Cunha, na sua carta enviada a 12 de outubro de 2019, que se anexa?
2. Face ao exposto, o que justifica a inexistência de uma entidade de recurso e avaliação dos projetos chumbados pela banca, dado que o IEFP não o faz? Pretende o Governo criar tal entidade de recurso e avaliação de projetos?
3. Que medidas tem o Governo em vista para assegurar um funcionamento do PAECPE que garanta um efetivo apoio à produção nacional, à incorporação de I&D e inovação, às micro pequenas e médias empresas, sem que tais apoios estejam dependentes das opções da banca?

Palácio de São Bento, 8 de novembro de 2019

Deputado(a)s

DUARTE ALVES(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)